



Paulo Abreu

Um conflito entre Tembés e fazendeiros iria ocorrer. O delegado da FUNAI interveio e confessa:

# “Destruí a ponte para evitar novas mortes”

O delegado regional da FUNAI, Paulo César Abreu, mesmo desobedecendo determinação do judiciário, derrubou a ponte existente na reserva indígena Tembés, no Guamá, como única maneira de impedir um morticínio causado pela invasão daquela reserva por brancos. Com isso, a FUNAI ganhou novamente confiança dos Tembés, que prometem uma trégua até que a reserva seja evacuada pelos colonos e principalmente pelos fazendeiros da região.

De acordo com o delegado regional da FUNAI, que ontem concedeu entrevista coletiva à imprensa, relatando a sua viagem à área Tembés, a interdição da estrada que corta a reserva indígena, e que foi construída pelo fazendeiro Mejer Kabacznike, é a única maneira de se evitar consequências mais graves no conflito que envolve o fazendeiro, posseiros e os índios, legítimos donos da terra.

Tendo desarmado uma parte da ponte, no dia 9, o delegado Paulo César Abreu verificou no dia seguinte que havia uma turma de homens, a mando de Mejer Kabacznike, reparando a ponte de madeira, que beneficia apenas ao fazendeiro. Em vista disso, e usando uma moto-serra do próprio Mejer, o delegado regional da FUNAI, segundo suas declarações, serrou um dos pilares da ponte, queimou as duas cabeceiras, e ainda fez um buraco no meio da ponte, para se certificar de que ela não voltaria a ser erguida.

Como a ponte se encontra “sub-judice”, a atitude do delegado da FUNAI pode ser punida, mas Paulo César Abreu afirma que não praticou o ato ignorando a proibição judicial: “Eu não estava errando por ignorância ao destruir a ponte, mas teria que avaliar as consequências — ou esperar punições sobre minha pessoa, ou mais tarde, enterrar os mortos que sobriariam do conflito”.

Com essa atitude, acredita o delegado que os Tembés passarão a ter uma visão mais confiante na nova administração da FUNAI. “Não sou nenhum irresponsável, e pesei muito bem a minha atitude — declarou Paulo César Abreu — vou pedir à S. Exa., com a devida vênia, que não condene este meu ato, embora tenha sido um ato de violência, porque, se formos ver o que conseguimos evitar com isso, com certeza veremos que muito mais violência foi evitada”.

A atitude do delegado não foi recebida com satisfação pela cúpula da FUNAI, em Brasília. De acordo com Paulo César Abreu, a presidência da FUNAI não pode estar satisfeita, desde que a lei foi ferida, mas que, dando-lhe um cargo de confiança, é natural que também lhe tenham dado um crédito de confiança, e por isso ele espera que seu ato seja compreendido em toda sua plenitude. “Não estou ainda refeito do quadro que vi no Gorotire — afirmou Paulo César Abreu — e não pretendo jamais rever uma cena daquelas. Tenho quatro

filhos, e não tenho estômago. Então, com todo o respeito ao ilustríssimo senhor juiz, eu derrubei a ponte, e tenho certeza de que os índios agora têm uma nova visão da FUNAI”.

Paulo César Abreu declarou aos Tembés que havia derrubado a ponte “para evitar mais atitudes inconseqüentes de vocês, e as represálias dos invasores, ou, invertendo, evitar atitudes inconseqüentes dos invasores, e represálias dos índios”.

Para o delegado da FUNAI, a insatisfação dos índios e dos colonos, e a prepotência do fazendeiro Mejer, que continua se utilizando da estrada e da reserva indígena, levaria inevitavelmente a consequências muito mais sérias, restando-lhe apenas a derrubada da ponte como solução. “No fundo, a única pessoa que vai me condenar vai ser o senhor Mejer, porque eu feri seus interesses”.

“A minha não foi uma medida de choque, foi uma medida de bom senso”, declarou o delegado, para quem a solução dos problemas da área, não pede medidas de choque. Paulo César Abreu afirmou que o esbulho na reserva indígena Tembés continua, e que, enquanto ele derrubava a ponte, era possível ouvir o barulho de desmatamento.

Paulo César afirma que a interdição da estrada não prejudicará os lavradores, que não possuem carro. A estrada foi construída por e para Mejer Kabacznike, com madeira de árvores tiradas de dentro da reserva, causando a predação da ecologia local, sem indenização de nenhuma espécie aos índios. O delegado considera que a estrada serve apenas como corredor de invasão, e que Mejer Kabacznike é co-responsável por esta invasão, mesmo que tenha tido autorização para a construção da mesma em administração anterior da FUNAI.

O delegado voltou da região seguro de que existe uma trégua, e que a única briga que vai haver agora, será a de Mejer Kabacznike contra a FUNAI, na

figura do delegado regional. Para solucionar o problema de invasão que confirma os índios dentro de suas casas, em sua própria reserva, Paulo César Abreu vai pedir o aceleramento da retirada dos colonos invasores, e a interdição imediata da estrada que corta a reserva.

O delegado regional da FUNAI negou ainda que os Tembés houvessem incendiado o posto da Polícia Militar em Capitão Poço, e não considerou a detenção de nove índios na delegacia local como uma prisão: “Os índios não foram presos. Ficaram de uma da tarde às quatro horas prestando declarações. A sua detenção foi mais uma medida de segurança, para impedir represálias dos brancos contra os índios”.

Sobre a prisão de lavradores em Capitão Poço, o delegado regional da FUNAI acredita que não se deva a problemas com os índios, e sim aos problemas de violência que assolam o meio rural. “A violência das cidades já chegou ao meio rural, e o problema fundiário já causou mais mortes que muita guerra. Eu até vou sugerir à Polícia Federal e Polícia Militar medidas rigorosas de desarmamento. Todo mundo no campo anda com revólveres, indiscriminadamente”.

## FUNAI PERMITIU A ESTRADA

A estrada construída por Mejer Kabacznike, ligando a sua fazenda, conhecida por “Fazenda Irmãos Coragem” ao povoado de Livramento, possui quatorze quilômetros e meio de comprimento, e teve sua construção iniciada em 1975, sem autorização da FUNAI. Em vista disso, a Polícia Federal embargou a continuação da construção, em meados do mesmo ano. Este já foi o início para a invasão da reserva Tembés

por posseiros. Em Brasília, Mejer conseguiu, junto à presidência da FUNAI, a assinatura do acordo 005, de 5 de novembro de 1975, que permitia a continuidade da construção da estrada, desde que fossem observadas as seguintes cláusulas: seriam construídos postos de segurança na entrada e na saída da estrada, para impedir o acesso de estranhos à reserva; seria feita uma porteira na entrada da estrada; seria afixada uma placa indicativa de ser o território área indígena, proibindo o trânsito na estrada; seria exercida uma vigilância constante, e seria construída uma vigilância, que ligaria a estrada ao posto indígena, permitindo aos próprios índios uma vigilância maior. Além disso, o fazendeiro se obrigava a prestar assistência aos índios, a comprar sua produção, e fornecer sementes. Nada disso foi cumprido.

Em 1978, a FUNAI, em Convênio com o INCRA, Polícia Federal e Polícia Militar, preparou a “Operação Guamá”, para se eleger outra área ao assentamento dos colonos situados dentro da reserva. A “Operação Guamá” constatou a usurpação de uma faixa de 19 quilômetros de extensão por quatro km de largura, dentro da reserva, pelo que entrou com pedido de reintegração de posse junto à justiça. Em 1979, em vista do não cumprimento de nenhuma das cláusulas do acordo, a FUNAI denunciou o mesmo, revogando-o.

A estrada foi construída pela COPAGRO, pelo preço de 190 mil cruzeiros, e as pontes custaram 25 mil cruzeiros, em mão-de-obra, uma vez que a madeira foi retirada da própria reserva. O fazendeiro Mejer Kabacznike, que incorporou cinco mil hectares da reserva à sua fazenda, e que utilizou território indígena, por outro lado não permitiu que atravessassem as suas terras, para que seu gado não seja contaminado. Existe inclusive uma ação de um pequeno fazendeiro contra ele por este motivo. A FUNAI acredita que Mejer deverá perder todas as ações na justiça.

## XICRINS E GOROTIRES

O delegado regional da FUNAI Paulo César Abreu, declarou ontem que a situação dos Xicrins, foi contornada com a presença de funcionários do órgão na área, e que a invasão da fazenda japonesa teve mais a intenção de saque de mantimentos, como indenização, pela falta de caça.

Afirma o delegado que os índios saíram para caçar, e não encontrando caça, resolveram não voltar de mãos vazias, saqueando a fazenda. O desaparecimento da caça; afirma Paulo César, é causado pelos brancos, porque o índio mantém o equilíbrio ecológico mais que ninguém. Então não encontrando caça foram cobrar dos fazendeiros.

Ainda chocado com a cena que presenciou na fazenda Espadilha, com a morte de 21 pessoas, Paulo César afirmou que os índios Gorotires lhe causaram uma decepção muito grande: “Eles traíram minha confiança e eu lhes disse isso”.